 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 035. Etnografia em novos contextos de produção de coletivos indígenas e quilombolas

Levi Marques Pereira (Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD) - Coordenador/a, Sandro José da Silva (UFES) - Coordenador/a, Sonia Regina Lourenço (Universidade Federal de Mato Grosso) - Debatedor/a, Leif Ericksson Nunes Grunewald (UFGD) - Debatedor/a O GT pretende reunir trabalhos de pesquisadores sobre os contextos de produ??o de coletivos ind?genas e quilombolas que contribuam para a discuss?o de temas como as pr?ticas sociais e os modos de existir a? institu?dos, as conex?es com o movimento ind?gena, indigenista e quilombola, bem como as negocia?es com o Estado dentre outras institui?es. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estat?stica (IBGE ? 2010) mais de um ter?o da popula??o ind?gena vive em espa?os urbanos, em espa?os conhecidos como aldeias urbanas ou como simples moradores da cidade. Outra parte dos ind?genas vive em ?reas rurais n?o regularizadas pelo Estado como Terras Ind?genas, em acampamentos em margem de rodovias, ou mesmo em ?reas tituladas por particulares. Tem-se assim, uma gama variada de contextos e situa?es nas quais realizam suas formas de existir e que recusam crit?rio exteriores a estes coletivos, como o ?marco temporal?. O fen?meno das ?retomadas? ind?genas e quilombolas, em suas m?ltiplas implica?es e significa?es, aponta para a movimenta??o pol?tica de recupera??o de terras expropriadas, mas tamb?m expressa mudan?as de postura frente ao Estado e a sociedade nacional, envolvendo processos intrinsecamente conectados com o reposicionamento do pr?prio coletivo em rela??o ?s suas formas de express?o e pr?ticas culturais. O GT pretende reunir pesquisadores do campo da etnologia ind?gena e/ou comunidades quilombolas que tragam contribui??o para esse debate.

É possível administrar a diferença? Os limites da gestão territorial de Terras Indígenas no embate político do Comitê Gestor da PNGATI.

Autoria: Rodrigo Augusto Lima de Medeiros

O objetivo deste comunicado é refletir sobre o processo decisório de uma política pública que pretende incluir perspectivas indígenas no financiamento de ações para a gestão de seus territórios. Pretendemos, neste artigo, apresentar quadro geral dos limites de uma ação governamental incorporar efetivamente a agenda da diversidade ética e da multiplicidade de territorialidades. A tentativa de homogeneizar instrumentos de gestão territorial por meio da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental (PNGATI ? Decreto 7.740/2012) esbarra na diversidade étnico-territorial dos povos indígenas. Apesar das virtudes da PNGATI enquanto legislação instituidora de instrumentos técnico-burocráticos híbridos que procuram orientar ações do poder público federal desde o protagonismo indígena, analisaremos os limites de entendimentos entre os atores do Comitê Gestor da PNGATI (CG PNGATI). Intencionamos estabelecer referências analíticas para compreender os limites teóricos e operacionais da ?administração das diferenças? que, em última instância, é tentando inconscientemente nos espaços de participação (governança e controle social) da referida política pública. Assim, pretendemos analisar as pautas, as discussões, as deliberações e os encaminhamentos realizados no CG PNGATI que está em operação desde outubro de 2013, a fim de decifrar os embates entre a bancada indígena e a bancada de governo. A composição do CGPNGATI é paritária. O movimento indígena é representado por titular e suplente das seguintes organizações: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espirito Santo (APOINME); Articulação dos Povos

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Indígenas da Região Sul (ARPINSUL); Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE); Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do MS. O Governo Federal é representado pelos seguintes órgãos: Fundação Nacional do Índio (Funai); Ministério da Justiça (MJ); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério da Saúde (MS); e a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). Procurar-se-á analisar de que modo práticas narrativas que fazem uso de categorias homogeneizantes procuram legitimar ações estatais, transformando identidades territoriais em prol de macronarrativas estatais. Os diálogos no CG PNGATI revelam embates políticos que apontam para os limites do Estado. A gramática do contato entre o movimento indígena e os órgãos de governo desvelam a dificuldade de apropriação da multiplicidade territorial dos povos indígenas nas dinâmicas de financiamento da política pública.

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**